

# **A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ – RS.**

**Inclusion of students with special needs in physical education classes: an analysis in schools of the city of Vera Cruz - RS.**

Jóici Crazieli Lenz\*

Sandra Mara Mayer\*\*

Míria Suzana Burgos\*\*\*

## **RESUMO**

A inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas de ensino regular está sendo a cada dia mais fundamentada e trabalhada, garantindo o direito de educação para todos os cidadãos. Esta pesquisa descritiva exploratória contou com a participação de 25 sujeitos, professores de Educação Física das redes municipal, estadual e particular do município de Vera Cruz (num total de seis escolas, sendo duas de cada modalidade de ensino). Como instrumento de pesquisa, aplicou-se o questionário adaptado de Aguiar e Duarte (2005) e Mohr (2006). Conclui-se que a quase totalidade dos professores sujeitos da pesquisa não se sentem preparados para incluir alunos com necessidades especiais em suas aulas, mesmo considerando que maior parte deles acredita que o processo de inclusão possa ser positivo e auxiliar na inclusão deste aluno na comunidade escolar. Existem pequenas diferenças entre as opiniões de professores da rede municipal, estadual e particular de ensino em apenas algumas questões (como presença ou não de alunos portadores de necessidades especiais). Observa-se que mesmo com a participação em muitos cursos, palestras e até mesmo da graduação, os professores não acreditam estarem aptos a trabalhar corretamente com a inclusão, que é um assunto muito complexo, retém muitas particularidades e necessita de muito apoio pedagógico, social e psicológico para que realmente aconteça.

Palavras-chave: atividade física, educação inclusiva, deficiência, crianças especiais.

## **ABSTRACT:**

The inclusion of individuals with special needs in mainstream schools is being increasingly more reasoned and crafted, guaranteeing the right to education for all citizens. This study consists of a qualitative research regarding the inclusion of individuals with special educational needs in physical education classes, which included the participation of 25 subjects, physical education teachers from city of Vera Cruz (in a total of six schools, two of each type of institution) in order to describe the vision of the physical education teacher. As research instrument was applied to the questionnaire adapted from Aguiar and Duarte (2005) and Mohr (2006). We conclude that 92% of research subjects teachers do not feel prepared to include students with disabilities in their classes, even considering that most of them believe that the inclusion process can be positive and help the inclusion of students in the school community. There are minor differences between the views of teachers in the municipal, state and private schools in just a few issues (such as presence of students with special needs).

<sup>1</sup> Licenciada em Educação Física – UNISC – Santa Cruz do Sul – RS / Rua Castelo Branco, 30 – Vera Cruz – RS  
E-mail: joicilenz@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora da UNISC – Santa Cruz do Sul – RS – E-mail: smmayer@unisc.br

<sup>3</sup> Doutora em Ciências da Motricidade Humana - UTL, Lisboa, Doutora em Ciências da Educação Educação - UPS, Salamanca e professora da UNISC – Santa Cruz do Sul – RS – E-mail: mburgos@unisc.br

It is observed that even with the participation in many courses, lectures and even graduation, the teachers do not believe being able to work properly with the inclusion, which is a very complex subject, retains many features and requires much educational support, social and psychological for really happen.

Keywords: inclusive education; handicap, special children.

## **Introdução**

A inclusão social conceitua-se como um processo pelo qual a sociedade se molda de tal maneira que seja possível incluir em seus sistemas sociais pessoas com necessidades especiais, para que as mesmas venham a se preparar para assumir seus papéis como cidadãos perante a sociedade<sup>1</sup>. O termo *inclusão* refere-se à educação de alunos portadores de deficiência em um ambiente educacional regular, exigindo que sejam educados junto às crianças não portadoras de deficiências, oportunizando as mesmas experiências, tanto educacionais quanto motoras, para ambas as partes<sup>2</sup>. A inclusão dos deficientes em escolas regulares é um direito garantido pela Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional (LEI 9394/96). Assim, a escola tem o papel fundamental de assumir, de forma responsável, a educação de alunos PNEE's para que eles tenham acesso garantido a tudo aquilo que necessitam para ter um bom desenvolvimento junto às crianças ditas "normais".

Participar de processos de inclusão traz benefícios e possibilidades de aprendizados tanto sobre nós mesmos, quanto sobre as diferenças que os outros possuem; seus sentimentos, suas dificuldades e superações. É preciso considerar aspectos, respeitar diferenças individuais, crescer. Se a escola reconhecer que as crianças e adolescentes são seres sociais e construtivos, considerando valores e experiências que cada um carrega como bagagem de vida, valorizando as relações criança/adulto e adulto/adolescente, com respeito mútuo, confiança, promovendo autonomia, criticidade, criatividade, responsabilidades e cooperação, o processo de inclusão social será algo natural, pois não haverá rótulos que diferenciem os alunos por suas deficiências e capacidades<sup>3</sup>.

A discussão de uma escola que integre todos os seres humanos, independente de suas condições físicas, motoras ou sociais tem gerado inúmeros debates sobre os programas e políticas de inserção dos alunos PNEE's. Existe uma polêmica em relação à questão de como promover essa inclusão na escola de forma responsável, fazendo com que haja apenas aspectos positivos tanto para os PNEE's quanto para professores e demais alunos. Percebe-se que as escolas acabam não percebendo a relevância do tema inclusão de PNEE nas aulas de Educação Física, e isso ocorre principalmente pela falta de capacitação dos professores em

relação às deficiências de cada aluno. É necessário que olhemos para as diferenças com outros olhos, não enxergando apenas limitações, desvantagens, mas sim suas capacidades, possibilidades, potencialidades a serem exploradas, enfim, buscando sempre progressos e melhora na qualidade de vida e saúde dos mesmos<sup>3</sup>. Precisamos adequar as atividades aos nossos alunos, e não os alunos às nossas atividades, para que eles sejam participativos e consigam alcançar um desenvolvimento máximo de suas potencialidades. Com certeza é um grande desafio, e desafios devem ser sempre bem vindos.

Segundo os PCN's, a proposta curricular da educação é incluir os temas transversais nas aulas, que são Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Orientação para Trabalho e Consumo. Assim, o professor, inclusive o de Educação Física, deve estimular a reflexão contribuindo para uma visão crítica da disciplina perante a sociedade. A Educação Física deve incluir em seus objetivos a formação de cidadãos e não de atletas<sup>4</sup>.

A partir do século XIX iniciou-se uma tentativa de remoldar a criança com problemas mentais ou físicos, para assim inseri-la na sociedade. Vários médicos e cientistas começaram a estudar esses então “seres diferentes”, para entender como deviam se portar diante deles. Porém, somente no início do século XX começaram a surgir instituições especiais para abrigar crianças com necessidades educacionais especiais; essas instituições funcionavam como asilos onde as crianças eram colocadas e rotuladas de acordo com suas deficiências e problemas<sup>5</sup>. Segundo Cremins *apud* Correia (1997), nos últimos cem anos o mundo está passando por um processo lento e problemático com a finalidade de conseguir uma integração social e participação das crianças com deficiências e suas famílias na sociedade normal. À medida que todas estas mudanças foram acontecendo na sociedade, tornou-se necessário criar um conjunto de mudanças legislativas e educacionais para que o aluno com NEE pudesse usufruir do mesmo modelo de educação que era oferecido às crianças “normais”. Assim, esse aluno era influenciado a partir de então, a se educar em classes regulares. A lei brasileira inclusive estabelece que a pessoa com deficiência deva ser educada, de preferência, na rede regular de ensino, com exceções raras a casos que, em função da gravidade de suas deficiências, não podem se beneficiar dos pontos positivos da escola regular<sup>6</sup>.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentem. Estas escolas precisam, primeiramente, reconhecer as necessidades de seus alunos e satisfazê-las, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, com o objetivo de garantir um bom nível de educação para todos, através de currículo adequado, boa organização, estratégias

pedagógicas, uso de recursos apropriados e cooperação da comunidade em geral<sup>7</sup>. A partir do princípio da inclusão, a Educação Física Escolar deve ter como peça fundamental e principal o aluno, além de desenvolver competências de todos os discentes e proporcionar aos mesmos, condições para que tenham acesso aos conteúdos os quais oferece, evitando sempre a exclusão e alienação, munindo-se com estratégias adequadas<sup>8</sup>.

A prática desportiva nas escolas, quando utilizada sem os princípios da inclusão, é apenas uma atividade que não favorece a total cooperação, não valoriza a diversidade e pode gerar certa frustração por parte dos alunos que participam dela. A questão da competição durante a aula acaba influenciando em muito a exclusão e rejeição dos alunos com NEE. Até mesmo os Parâmetros Curriculares Nacionais descrevem que o esporte deve ter cunhos educativos dentro da escola, atendendo a todos os alunos, respeitando diferenças e proporcionando oportunidades de crescimento e melhora no desempenho físico e motor, além de destacar que a maior importância das atividades em grupo deve ser sempre a valorização da interação entre alunos com alunos e alunos com professores, criando novas fontes de desenvolvimento social, pessoal e intelectual<sup>4</sup>. Dessa forma, a concepção da cultura corporal do movimento amplia a contribuição da Educação Física escolar para muito além de apenas habilidades esportivas, modificando a história desse componente curricular que sempre foi muito centrado apenas nas habilidades e capacidades físicas, e assim, acaba por muitas vezes ajudando de alguma forma a exclusão nas aulas<sup>8</sup>.

Existem muitas dúvidas por parte dos professores ainda; questões como que tipo de jogos e atividades oferecer? Como adequar as atividades ao aluno com deficiências? Como fazer com que todos participem da aula ativamente? Muitos professores de Educação Física têm a inocente ideia de que incluir um aluno com dificuldades em sua aula é colocá-lo para ser árbitro, ou para estar ao lado do professor com alguma tarefa que o faça sentir parte da aula, administrativamente. Esse tipo de atitude é muito comum nas escolas, pois o professor, muitas vezes, não sabe realmente como incluir seu aluno com problemas na aula, e acredita que, com as atitudes a pouco citadas, está praticando a inclusão, quando na verdade está privando esse aluno de participar de atividades que o façam crescer motora e psicologicamente. Outra preocupação do professor é a respeito da origem da deficiência do aluno; o professor deve, inicialmente, procurar conhecer seu aluno, independente das características de sua deficiência, e saber quais são as dificuldades que esse aluno possui em relação à prática de atividades físicas (se são sensoriais, físicas ou cognitivas)<sup>9</sup>.

A participação do aluno com NEE nas aulas de Educação Física é extremamente importante para que ele seja capaz de desenvolver suas capacidades perceptivas, afetivas,

melhorando sua autonomia e independência e cabe ao professor trabalhar com variáveis que ponham o aluno com NEE no caminho do seu amplo desenvolvimento. Ao professor cabe a função de trabalhar passando exemplos aos seus alunos com NEE, para que estes possam imitá-lo ou imitar a colegas que já consigam executar bem os movimentos e ações, ajudar fisicamente, inclusive, se houver necessidade, trabalhar com a forma de estimulação verbal, a fim de aumentar a auto-estima e consequente vontade de seguir na atividade, explorar gestos, enfim, criar programas para que todas as diferenças possam participar em uma mesma aula. Assim, a criança tem a oportunidade de criar, diversificar e ampliar a bagagem motora que já traz consigo, agregando ainda mais experiências a seu acervo<sup>10</sup>.

O aluno PNEE precisa encontrar na aula de Educação Física todos os estímulos que são necessários para que ele desenvolva as áreas que necessitam de maiores estímulos, de acordo com as deficiências que possui e de acordo com as limitações que encontra. Os professores devem estar devidamente preparados para essa *real inclusão*, adequando suas atividades e oferecendo desde atividades lúdicas até jogos adaptados ao seu aluno, para que estes consigam lidar com as próprias dificuldades e êxitos. Na Educação Física essa inclusão significa desenvolver atividades que visem limitações físicas, motoras, sensoriais, mentais, potencialidades de alunos, além de promover o melhor do PNEE integrando-o aos demais alunos da turma através de atividades físicas<sup>11</sup>. Sob este ponto de vista, este estudo pretende descrever a visão do profissional da Educação Física perante a inclusão de alunos PNEE's (portadores de necessidades educacionais especiais) em suas aulas, assim como sua preparação específica para tal ação, nas escolas estaduais, particulares e municipais do município de Vera Cruz/RS.

## **Método**

### **Sujeitos do estudo e abordagem metodológica**

Participaram desta pesquisa descritivo-exploratória, 25 professores que ministram aulas de Educação Física, de ambos os sexos, com idades entre 22 e 60 anos, distribuídos em seis escolas do município de Vera Cruz/RS, sendo duas escolas da zona rural (escolas da rede municipal de ensino) e quatro escolas da zona urbana (sendo duas da rede estadual de ensino e duas da rede particular). Destaca-se que um dos vinte e cinco professores não possui curso de graduação, apenas o magistério. Utilizou-se, neste trabalho, a forma de estudo descritivo,

utilizando o caráter descritivo exploratório, que demarca características demarcando um perfil de determinado grupo avaliado<sup>12</sup>.

### **Instrumentos e Procedimentos**

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados do presente estudo, um questionário previamente elaborado, avaliado e adaptado de Aguiar e Duarte<sup>8</sup> e Mohr<sup>13</sup> em seu trabalho científico sob o título “A inclusão de portadores de necessidades educativas especiais na ótica de professores de Educação Física da rede estadual e municipal no município de Santa Cruz do Sul”, contendo quatorze questões diretas, sendo que destas, dez questões são fechadas, apresentando alternativas variadas, e quatro são questões abertas, colhendo a opinião pessoal dos sujeitos participantes. A coleta dos dados foi realizada nas respectivas escolas, em “janelas abertas” dos professores participantes, aplicando-se o questionário citado. Em seguida, os dados foram interpretados e organizados em planilhas com o intuito de estruturar os resultados obtidos.

### **Resultados**

Apresentam-se na tabela 2 respostas referentes ao conhecimento que os professores tem em relação ao conceito de inclusão do deficiente no ensino regular, e conseqüentemente, em suas aulas de Educação Física. A tabela 1 demonstra que os professores participantes do estudo não têm uma definição clara do que é a inclusão de deficientes no ensino regular. As melhores definições do conceito de inclusão apareceram nas respostas de professores de escolas municipais, demonstrando, assim, que de todas as modalidades estudadas, as escolas municipais estão em melhor situação em relação a este conceito de inclusão.

**Tabela 1: Conceito de inclusão de pessoas portadoras de deficiências no Ensino Regular\***

<b>Gênero - N</b>	<b>Respostas abertas agrupadas por semelhança</b>	<b>N (%)</b>
<b>Escolas Municipais (8)</b>	1 – Alunos portadores de necessidades especiais irem para escola normal, sem diferenciação.	1 (12,5)
	2 – Alunos com limitações nos movimentos e atividades físicas;	3 (37,5)
	3 – Incluir deficiente na escola comum, trabalhar adaptação curricular.	1 (12,5)

<b>Escolas Estaduais (13)</b>	1 - Atender as necessidades dos alunos adaptando as atividades	3 (23,08)
	2 – Desafio	2 (15,38)
<b>Escola Particular (4)</b>	3 - Alunos com deficiência não irem à APAE, mas sim à escola normal	2 (15,38)
	4 - Forma barata de lidar com deficiências, pois não existe estrutura nem preparação do professor	4 (30,77)
<b>Escolas (13)</b>	1 - Incluir dentro das possibilidades do aluno	2 (50)
	2 - Adaptar atividades para incluir alunos	4 (100)
	3 - Alunos com deficiência participando da aula assim como as crianças normais	1 (25)

\* Questão aberta

A tabela 2 refere-se à realidade do professor na sala de aula, pretendendo verificar se existem alunos portadores de deficiências nas turmas, e quais as deficiências que se apresentam. Verificou-se que apenas 20% dos professores participantes do estudo não possuem alunos portadores de deficiências em suas aulas; já os outros 80% restantes, possuem alunos com deficiências variadas, sendo a deficiência física a mais presente. As escolas particulares apresentam um índice de presença de deficientes de 50%, ou seja, muito menor do que as escolas municipais (100%) e estaduais (76,92%), que são de caráter público e mais acessível ao meio social. As deficiências mais presentes nas três modalidades de ensino são semelhantes, como nos mostra o quadro. Nenhum professor participante deste estudo apresenta alunos com deficiência visual ou auditiva em suas aulas.

**Tabela 2: Presença de aluno portador de deficiência na sua escola e tipos de deficiência\***

Gênero - N	Sim					
	Física %	Mental (%)	Auditiva (%)	Visual (%)	Outras (%)	Não (%)
<b>E. M. (8)</b>	7 (87,5)	5 (62,5)	0	0	2 (25)	0
<b>E.E. (13)</b>	6 (46,15)	3 (23,08)	0	0	3 (23,08)	3 (23,08)
<b>E.P. (4)</b>	2 (50)	0	0	0	0	2 (50)
<b>Total Geral 25</b>	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)
	15 (60)	8 (32)	0	0	5 (20)	5 (20)

Legenda: E.M.: Escola Municipal – E.E.: Escola Estadual – E.P.: Escola Particular – N: número

\* A questão é de múltipla escolha, podendo-se assinalar mais de uma opção

Sobre o conhecimento do professor e sua formação, apresenta-se a tabela 3, questionando os sujeitos sobre sua formação acadêmica. Verifica-se que dos 25 professores participantes do estudo, 96% possuem o curso de graduação, 8% possuem também

especialização, e nenhum deles possui formação como mestre ou doutor. Os únicos professores que apresentam curso de especialização trabalham em escolas estaduais. De todos os sujeitos, 32% responderam que não possuem nenhum conhecimento sobre Educação Física Adaptada. Já o restante, afirmou ter obtido os conhecimentos sobre o tema no curso de graduação, palestras, cursos de extensão, cursos de especialização e em leituras independentes, como nos mostra a tabela.

**Tabela 3: Formação acadêmica e conhecimentos sobre Educação Física Adaptada\***

Formação Acadêmica	Gênero - N	Graduação N (%)	Especialização N (%)	Mestrado N (%)	Doutorado N (%)
	E. M. (8)	8 (100)	0	0	0
	E. E.(13)	12 (92,31)	2 (15,38)	0	0
	E. P. (4)	4 (100)	0	0	0
	<b>Total Geral</b> 25	Nº (%) 24 (96)	Nº (%) 2 (8)	Nº (%) 0	Nº (%) 0

  

Conhecimentos sobre Educação Física Adaptada	Sim (%)								Não (%)
	Gênero e N	Graduação (%)	Extensão (%)	Palestra (%)	Especialização (%)	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Leitura (%)	
	E. M. (8)	5 (62,5)	2 (25)	7 (87,5)	2 (25)	0	0	5 (62,5)	0
	E. E.(13)	1 (7,69)	2 (15,38)	4 (30,77)	1 (7,69)	0	0	3 (23)	7 (53)
	E. P. (4)	3	0	3	0	0	0	2	0
	<b>Total geral 25</b>	Nº (%) 9 (36)	Nº (%) 4 (16)	Nº (%) 14 (56)	Nº (%) 3 (12)	Nº (%) 0	Nº (%) 0	Nº (%) 10 (40)	Nº (%) 8(32)

Legenda: E.M.: Escola Municipal – E.E.: Escola Estadual – E.P.: Escola Particular – N: número

\* A questão é de múltipla escolha, podendo-se assinalar mais de uma opção.

Destaca-se que 100% dos professores de escolas particulares afirmaram ter conhecimentos sobre o tema abordado, ao contrário das escolas municipais e estaduais, que apresentaram índice de desconhecimento de 12,5% e 53,85%, respectivamente. O alto índice de desconhecimento da Educação Física Adaptada apresentado nas escolas estaduais provém pelo fato de uma das escolas participantes do estudo atender somente alunos de até 5º ano do ensino fundamental, e os professores possuírem apenas cursos de Pedagogia e magistério, sem preparação específica para ministrar aulas de Educação Física.

Na tabela 4 aparece a grande problemática referente ao tema da inclusão do aluno com deficiência nas escolas regulares: 92% dos sujeitos que responderam à questão afirmam não ter conhecimentos suficientes para incluir alunos deficientes em suas aulas. De todos os

sujeitos, apenas dois professores da rede municipal de ensino alegaram estarem seguros em relação à abordagem de inclusão do portador de necessidades especiais. Sobre como realiza a inclusão, apenas estes dois professores responderam à questão, citando como resposta: “trabalho com atividades cooperativas”, “faço adaptação curricular”, e “avalio o desenvolvimento individual do aluno”.

**Tabela 4: Conhecimentos suficientes para incluir um aluno deficiente em suas aulas e auxílio da Educação Física na inclusão diante da comunidade escolar\***

<b>Conhecimento para incluir um aluno</b>	<b>Gênero - N</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
	<b>E. M. (8)</b>	2 (25)	6 (75)
	<b>E. E. (13)</b>	0	13 (100)
	<b>E. P. (4)</b>	0	4 (100)
	<b>Total geral 25</b>	2 (8)	23 (92)
<b>Inclusão na sociedade</b>			
	<b>Gênero - N</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
	<b>E. M. (8)</b>	8 (100)	0
	<b>E. E. (13)</b>	10 (76,92)	3 (23,08)
	<b>E. P. (4)</b>	4 (100)	0
	<b>Total geral 25</b>	22 (88)	3 (12)

Legenda: E.M.: Escola Municipal – E.E.: Escola Estadual – E.P.: Escola Particular – N: número

\* A questão é de múltipla escolha, podendo-se assinalar mais de uma opção.

Em se tratando da participação do aluno portador de deficiências nas aulas de Educação Física e a influência deste fato no processo de inclusão na comunidade escolar, como mostra o quadro 5, as escolas municipais afirmam em 100% que existe um auxílio das aulas de Educação Física na inclusão do aluno PNEE na comunidade escolar. Já nas escolas estaduais 76,92% dos professores acreditam que exista contribuição da Educação Física no processo de inclusão na comunidade escolar. As escolas particulares, afirmam em sua totalidade (100%), que a contribuição é positiva e existente. No índice geral, 88% dos professores acreditam na positividade do processo de inclusão e no auxílio das aulas de Educação Física nesse processo de socialização do portador de necessidade especial.

A questão do quadro 6 seguia-se da questão: “em caso afirmativo, de que forma a Educação Física auxilia nesse processo de inclusão do aluno na comunidade escolar?”. Para essa questão adicional, apareceram respostas como “desenvolve a auto-estima do aluno”, “aperfeiçoa seus movimentos motores básicos”, “trocas de vivências entre crianças normais e

com deficiência”, “torna o deficiente mais ativo e mais amigo dos demais colegas”, “a criança deficiente se sente parte da turma, e isso a motiva a se desenvolver”. As respostas aqui descritas são apenas algumas das que foram apresentadas, sendo que foram escolhidas as mais relevantes dentre as três modalidades de ensino participantes do estudo (municipal, estadual e particular).

Para a questão “quais os requisitos necessários para que um professor de Educação Física possa incluir um aluno PNEE em suas aulas?” não apresentaremos quadro, por serem respostas descritivas e múltiplas; houve uma mesma linha de resposta nas três modalidades de ensino (municipal, estadual e particular), portanto, as respostas foram agrupadas tendo como ordem de maior evidência: “especialização/conhecimento específico” (64%), “adaptação na escola e materiais” (40%), “boa vontade/paciência” (16%), “aceitação/bom senso” (8%) e “criatividade” (8%).

## **Discussão**

Analisando a pesquisa realizada no estado de Minas Gerais (MG) por Sousa e Silva<sup>14</sup>, percebe-se que a situação em relação ao conceito de inclusão do PNEE na escola regular apresentado pelos professores sujeitos das pesquisas é muito semelhante à situação do município de Vera Cruz (RS): eles não sabem conceituar corretamente a inclusão nem definir o tema com clareza e exatidão. Estudos de Aguiar e Duarte<sup>8</sup> apontam os mesmos resultados no estado de São Paulo (SP), afirmando que a maioria dos sujeitos da pesquisa (53,7% dos 67 sujeitos participantes) respondeu à questão do conceito de inclusão sem mencionar nenhum princípio básico característico.

Sobre a presença de alunos portadores de deficiências nas aulas de Educação Física, os resultados apontam que praticamente todos os professores possuem esse tipo de aluno matriculado em suas turmas (80% deles) - apenas uma escola de Vera Cruz/RS não tinha nenhum aluno com necessidades especiais nas turmas de Educação Física; o maior índice de deficiência encontrado neste município é a física. O mesmo constatou-se no estado de São Paulo, em estudos de Aguiar e Duarte<sup>8</sup>, onde 71,6% dos professores de Educação Física possuem alunos com deficiências (sendo que a física é a mais presente, com 34% dos casos). Em Minas Gerais (MG), de acordo com Sousa e Silva<sup>14</sup>, a maioria das escolas analisadas também possui deficientes matriculados, e a forma de deficiência mais presente também é a física. O estudo de Mohr<sup>13</sup>, em contrapartida, apontou que no município de Santa Cruz do Sul (RS), sete dos treze professores participantes da pesquisa não possuíam nenhum aluno

deficiente em suas turmas; dos outros seis professores, cinco tinham alunos com deficiência física, reforçando que eles são a grande maioria dos deficientes nas escolas regulares. Uma controvérsia em relação ao tipo de deficiência mais presente na aula de Educação Física foi encontrada nos estudos de Lehnhard e Perazzollo<sup>15</sup>, na cidade de Santa Maria (RS), com uma amostra de 36 escolas avaliadas, onde o maior índice de deficiência foi mental (56,57% dos casos), seguida depois, pela física (apenas 10,52%).

Em relação ao conhecimento na área de Educação Física Adaptada ou Educação Física Especial, o presente estudo aponta que 32 % dos professores de Educação Física não apresentam conhecimento sobre o tema, e outros 68 % afirmam ter conhecimentos adquiridos por meio de: curso de graduação (36%), cursos de extensão (16%), de especialização (12%), palestras (56%), e leituras independentes (40%). No estudo realizado em Minas Gerais, por Sousa e Silva<sup>14</sup>, os percentuais foram de 82,1% dos professores com conhecimento do assunto (tendo a maioria adquirido tal conhecimento em palestras, leituras e outras fontes, com percentuais de 62,7%, 47,8% e 38,8%, respectivamente), e 17,9% sem conhecimento na área. Já Mohr<sup>13</sup>, aponta que 9 dos 13 professores participantes de sua pesquisa afirmam ter conhecimento sobre o tema da Educação Física Adaptada, recebendo informação em cursos de graduação, especialização e palestras.

A questão mais alarmante que aparece, trata do professor ter ou não conhecimentos suficientes para incluir um aluno com necessidades especiais em suas aulas de Educação Física. No município de Vera Cruz, 92% dos sujeitos afirmam não estar preparados para trabalhar de forma correta com a inclusão, o que gera um dado extremamente importante para o estudo. É preciso rever as formas de trabalho nas instituições, pois é fato que a lei estabelece que a inclusão de deficientes deva acontecer, mas como tornar isto real, se nossos professores não se sentem aptos a realizar esta tarefa? No município de Santa Cruz do Sul - com índice de 76,92% de professores sem conhecimento suficiente para incluir alunos com necessidades especiais segundo Mohr<sup>13</sup>, em São Paulo<sup>8</sup> (com índice de 97%) e Santa Maria/RS<sup>15</sup> (com índice de 76,67%) os resultados também são alarmantes. Até mesmo em Curitiba (SC), estudos de Simão<sup>16</sup> apontam que os professores de Educação Física, apesar de favoráveis à inclusão do portador de necessidades especiais na escola regular, ainda se sentem inseguros em relação a como agir com eles, e demonstram certa rejeição em relação a este tipo de trabalho (principalmente nas escolas onde ainda não existe a inclusão real), assim como também afirmam Aguiar e Duarte<sup>8</sup>, Falkenback<sup>17</sup>, Souza e Boato<sup>18</sup> e Gorgatti<sup>19</sup>. Este fato nos remete a uma preocupação enorme em relação a como nossos deficientes estão sendo

incluídos nas aulas, pois se não há conhecimento específico, conseqüentemente não haverão bons resultados em termos de desenvolvimento.

A respeito da questão da participação do aluno nas aulas de Educação Física auxiliar no processo de inclusão do aluno portador de deficiência na comunidade escolar, o presente estudo teve como índice positivo o percentual de 88%. Já Mohr<sup>13</sup> obteve um resultado de 69,26%, enquanto Aguiar e Duarte<sup>8</sup> apresentaram índices positivos de 97%. Gorgatti<sup>19</sup> também aponta em seus estudos na cidade de São Paulo que 80% dos professores acreditam que o processo de inclusão seja benéfico para as crianças. Isso demonstra que a grande maioria dos professores, tanto em Vera Cruz, como em Santa Cruz do Sul e São Paulo, respectivamente, acreditam que a experiência vivida pelos deficientes nas aulas de Educação Física auxilia no processo de inclusão do mesmo na comunidade escolar, seja aumentando a auto-estima, seja fazendo com que o deficiente se sinta integrado e capaz de participar, aumentando suas capacidades motoras ou mesmo fazendo com que ele se sinta realmente parte do grupo, fazendo amizades e convivendo também.

Finalmente, sobre requisitos para que realmente aconteça a inclusão, observa-se que os mesmos descritos neste estudo são apontados em estudos de Aguiar e Duarte<sup>8</sup>, porém eles ainda citam método adequado de ensino e apoio técnico pedagógico como necessários a este processo de inclusão, demonstrando o quão amplos são os requisitos.

## **Conclusão**

Por meio deste estudo, pode-se concluir que, em plena era da inclusão, onde tanto se fala a respeito de formas de incluir, novas leis, escola inclusiva, nossos professores não se sentem preparados para exercer a inclusão dos deficientes de maneira segura e bem fundamentada. Eles estão inseguros em relação ao seu trabalho com deficientes na área da Educação Física, repletos de dúvidas, afirmando que faltam condições para que haja a inclusão, faltam adaptações, sejam elas estruturais ou curriculares, enfim, um percentual alarmante de professores sequer soube definir corretamente o conceito de inclusão, que é um processo lento, que exige o envolvimento da família, da comunidade e, principalmente, do governo, em termos de investimentos em adaptação na estrutura e material específico, além de oferecimento de cursos especializados para que realmente haja um conhecimento maior a respeito das deficiências e do processo de inclusão.

Os professores sujeitos do estudo concordam, em sua grande maioria, que a participação dos alunos portadores de necessidades especiais nas aulas de Educação Física

auxilia e muito, no processo de inclusão dos mesmos na comunidade escolar. Segundo eles, o aluno portador de necessidades especiais se sente mais seguro, mais integrado à turma, o que facilita suas relações de amizade, seu desempenho motor melhora, enfim, ele se sente realmente incluído na turma, o que aumenta inclusive sua auto-estima e vontade de participar.

Conclui-se também que a quase totalidade de professores já teve ou ainda tem alunos deficientes em suas turmas. Isso nos mostra que estamos no caminho certo para a real inclusão, já contamos com a presença dos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares, mas a jornada ainda é longa e o processo, lento. Nossos professores clamam por especializações, estrutura adequada, materiais específicos. Nossos deficientes esperam por mais atendimento qualificado, mais fundamentação teórica e embasamento específico. A visão do professor é a favor da inclusão, só nos resta lutar pela qualificação, afinal, todos temos direitos iguais, e educação, além de ser para todos, precisa ser de boa qualidade.

### **Referências Bibliográficas**

1. SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 174 p. (Coleção inclusão ;1)
2. WINNICK, Joseph P. *Educação física e esportes adaptados*. 3. ed. Barueri: Manole, 2004
3. GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da (Org.). *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. Barueri: Manole, 2005
4. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física*. 2.ed. Brasília: MEC/SEF, 2000.
5. CORREIA, Luís de Miranda. *Alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares*. Porto: Ed. Porto, 1997
6. BRASIL. *Código Civil (2002)*. *Código civil, constituição federal e legislação complementar*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2009 - Fonte: site <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/D3956.htm> - acesso em 08.05.2010
7. DECLARAÇÃO DA SALAMANCA, *Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais: acesso e qualidade* – Brasília: CORDE, 1994.
8. AGUIAR, João Serapião e DUARTE, Édison. *Educação inclusiva: um estudo na área da educação física* Rev. bras. educ. espec. vol.11 no.2 Marília May/Aug. 2005

Fonte:[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382005000200005&script=sci\\_artt\\_ext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382005000200005&script=sci_artt_ext) acesso em 03.05.2010

9. SCARPATO, Marta (Org.). *Educação física: como planejar as aulas na educação básica*. São Paulo: Avercamp, 2007
10. SOLER, Reinaldo. *Educação física inclusiva na escola: em busca de uma escola plural*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005
11. GORGATTI, M. G., Pentead, S. H.N.W., PINGE, M. D., DE ROSE JR., D. *Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência*. R. bras. Ci e Mov. 2004; 12(2): 63-68.
12. GAYA, Adroaldo. *Ciências do movimento humano: introdução à metodologia da pesquisa*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
13. MOHR, Ivana Luisa. *A inclusão de portadores de necessidades educativas especiais na ótica de professores de educação física da rede estadual e municipal no município de Santa Cruz do Sul - RS*. Produção Científica, UNISC 2006
14. SOUSA, Sônia Bertoni. e SILVA, Rossana Valéria de Sousa e. – *Inclusão Escolar e a Pessoa com Deficiência nas Aulas de Educação Física das Redes Municipal e Estadual de Uberlândia/Mg* - FACISA/UNIPAM – NUTESSES/FAEFI/UFU – UFSCar - 2005
15. LEHNHARD, Greice Rosso. PERAZZOLLO, Liana Urach. MANTA, Sofia Wolker. PALMA, Luciana Erina. *A inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas e em aulas de Educação Física: um diagnóstico* - Revista Digital - Buenos Aires - Ano 14 - Nº 139 - Dezembro de 2009
16. SIMÃO, Lucas Jorge. *Inclusão do Deficiente Mental no Ensino Regular um Estudo de Caso* – Revista Uniandrade – Curitiba / SC – 2005
17. FALKENBACH, Atos Prinz, *A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil* – 2007 Fonte: <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Ano 13 - Nº 121 - Junho de 2008
18. SOUZA, Greicy Kelly Pereira de, e BOATO, Elvio Marcos. *Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores*. – Fonte: site <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/view/1341/1019> - 2009

19. GORGATTI, M. G., Penteado, S. H.N.W., PINGE, M. D., DE ROSE JR., D.  
*Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência.* R. bras. Ci e Mov. 2004; 12(2): 63-68.